**Atividade para a disciplina de RH**

1. A lei nº 13.874, de 20 de setembro de 2019, que Institui a Declaração de Direitos de Liberdade Econômica, que afirma que a CTPS (Carteira de Trabalho e Previdência Social) documento obrigatório para toda a pessoa será emitida pelo Ministério da Economia preferencialmente em
2. Papel
3. Meio eletrônico
4. Crachá
5. Passaporte
6. A lei nº 13.874/2019 garante que a CTPS terá como identificação única do empregado o número de inscrição do
7. CNPJ
8. RG
9. Título de eleitor
10. CPF
11. Qual o prazo para empregador anotar na CTPS, em relação aos trabalhadores que admitir, a data de admissão, a remuneração e as condições especiais, se houver, facultada a adoção de sistema manual, mecânico ou eletrônico, conforme instruções a serem expedidas pelo Ministério da Economia.
12. 48 horas
13. 2 dias úteis
14. 5 dias úteis
15. 10 dias úteis
16. A empregada gestante tem direito á licença-maternidade de 120 dias, sem prejuízo do emprego e do salário. O início do afastamento do trabalho da segurada empregada será determinado com base
17. Na data que a empregada informar ao empregador
18. Em atestado médico ou certidão de nascimento do filho
19. Nas notificações que o hospital envia ao INSS
20. A partir da data que a empregada decidir não comparecer ao trabalho
21. O salário-maternidade para a segurada empregada consiste numa renda mensal:
22. Igual à sua remuneração integral
23. Superior à sua remuneração integral
24. Inferior à sua remuneração integral
25. De acordo com a remuneração informada pelo INSS
26. Quem paga o salário-maternidade para a segurada empregada?
27. A Caixa Econômica Federal
28. O INSS
29. O FGTS
30. A empresa
31. Cora é empregada da empresa TOP e trabalha em condições de periculosidade. Considerando-se que ela recebe salário mensal de R$ 4.000,00, bem como gratificação semestral pelo tempo de contratação equivalente a R$ 500,00, de acordo com a Consolidação das Leis do Trabalho, o adicional relativo ao trabalho perigoso que Coralina recebe mensalmente é, em R$, de
32. 313,50
33. 463,50
34. 1.200,00
35. 1350,00
36. Senhor Souza começou a trabalhar em janeiro de 2020 numa casa de família como motorista particular, e possui dois filhos saudáveis com idades de 13 e 16 anos. Considerando que Senhor Souza recebe 1 salário-mínimo por mês, é correto afirmar, à luz da legislação previdenciária, que:
37. A faixa salarial de Senhor Souza não o credencia ao recebimento do salário-família;
38. Senhor Souza tem direito a duas cotas do salário-família, cujo pagamento é condicionado à apresentação das certidões de nascimento dos filhos, dos atestados de vacinação obrigatória anuais e de comprovação de frequência escolar;
39. O referido empregado só tem direito a uma cota do salário família, cujo pagamento é condicionado apenas à apresentação da certidão de nascimento do filho de 13 anos;
40. Por ser tecnicamente empregado doméstico, Senhor Souza não tem direito à percepção de salário-família.
41. Senhor Costa é empregado da empresa Alpha. Recebe R$2.900,00 mensais e exerce suas funções em contato habitual, embora por tempo extremamente reduzido, com substância inflamável. À luz da legislação e da jurisprudência uniforme do TST, é correto afirmar que:
42. Considerando o contato por tempo reduzido, o empregado fará jus ao pagamento de metade do adicional de periculosidade;
43. Não lhe é assegurado o pagamento de adicional de periculosidade, pois nesse caso considera-se que o contato se deu de forma eventual;
44. Diante da esporadicidade do risco de morte, o TST determina que o adicional de periculosidade seja substituído pelo pagamento do adicional de insalubridade;
45. O empregado receberá adicional de periculosidade na razão de 30% sobre o salário mínimo.
46. Carla, Cris, Geisa, Elsa e Patrícia são empregadas da empresa Evolução. Carla possui um filho com 17 anos de idade. Cris possui um casal de gêmeos com 14 anos de idade. Geisa possui uma filha de 13 anos de idade. Elsa possui uma filha de 11 anos de idade e Patrícia possui um filho inválido com 33 anos de idade.

Assinale a alternativa que apresenta apenas as empregas que tem direito ao salário-família:

1. Cris e Patrícia
2. Cris, Geisa, Elsa e Patrícia
3. Geisa, Elsa e Patrícia
4. Cris e Geisa